

Eco, Umberto. Lector in fabula,
Perspectiva, 2004, 155 pds (orig. 1979).

3. O Leitor-Modelo

3.1. O PAPEL DO LEITOR

Como aparece na sua superfície (ou manifestação) lingüística, um texto representa uma cadeia de artificios de expressão que devem ser atualizados pelo destinatário. Visto que neste livro resolvemos ocupar-nos somente de textos escritos (e, à medida que formos avançando, limitaremos as nossas experiências de análise a textos narrativos), falaremos doravante de "leitor", em vez de destinatário — bem como usaremos indiferentemente Emitente e Autor para definir o produtor do texto.

No que concerne à sua atualização, um texto é incompleto, e por duas razões: a primeira não se refere apenas aos objetos lingüísticos que nos propusemos a definir como textos (cf. 1.1.), mas qualquer mensagem, inclusive frases e termos isolados. Uma expressão permanece puro *flatus vocis* enquanto não for correlacionada, com referência a um determinado código, ao seu conteúdo convencional: neste sentido, o destinatário é sempre postulado como o operador (não necessariamente empírico) capaz de abrir, por assim dizer, o dicionário para toda palavra que encontre e de recorrer a uma série de regras sintáticas preexistentes para reconhecer a função recíproca dos termos no contexto da frase. Dizemos então que toda mensagem postula uma competência gramatical da parte do destinatário, mesmo que seja emitida numa língua conhecida somente pelo emitente — excetuados casos de glossolalia em que o próprio emitente aceita que não existe interpretação lingüística possível, mas no máximo impacto emotivo e sugestão extralingüística.

Abrir o dicionário significa aceitar também uma série de *postulados de significado*¹: um termo é em si incompleto também quando recebe uma definição em termos de dicionário mínimo. O dicionário nos diz que o bergantim é uma embarcação, mas deixa como algo implícito à [embarcação] outras propriedades semânticas. Este problema depende, de um lado, da infinidade da interpretação (a qual, vimos, é fundamenta na teoria peirceana dos interpretantes) e, por outro, remete à temática da implicação (*entailment*) e da relação entre propriedades necessárias, essenciais e acidentais (cf. 4.).

Um texto distingue-se, porém, de outros tipos de expressão por sua maior complexidade. E motivo principal da sua complexidade é justamente o fato de ser entremeado do *não-dito* (cf. Ducrot, 1972).

"Não-dito" significa não manifestado em superfície, a nível de expressão: mas é justamente este não-dito que tem de ser atualizado a nível de atualização do conteúdo. E para este propósito um texto, de uma forma ainda mais decisiva do que qualquer outra mensagem, requer movimentos cooperativos, conscientes e ativos da parte do leitor.

Dado o trecho textual:

(9) João entrou no quarto. "Então voltaste!" exclamou Maria, radiante

é evidente que o leitor deve atualizar-lhe o conteúdo através de uma série complexa de movimentos cooperativos. Por ora deixamos de lado a atualização das *co-referências* (isto é, devemos estabelecer que o [tu] implícito no uso da segunda pessoa do singular do verbo [voltar] se refere a João), mas esta co-referência já se tornou possível por uma regra conversacional em cuja base o leitor aceita que, na falta de esclarecimentos alternativos e dada a presença de duas personagens, aquele que fala se dirige necessariamente à outra. Regra conversacional que se articula, porém, em outra decisão interpretativa, ou seja, numa operação *extensional* efetuada pelo leitor: ele decidiu que, baseado no texto que lhe foi subministrado, é desenhada uma porção de mundo habitada por dois indivíduos — João e Maria, dotados da propriedade de estarem no mesmo quarto. Que Maria, afinal, se ache no mesmo quarto de João depende de outra inferência originada pelo uso do artigo definido [o] ou então pela preposição articulada [no]: existe um e somente um quarto de que se fala². E resta perguntar-nos se o leitor julga oportuno identificar João e Maria, por meio de índices referenciais, como entidades do mundo externo, que conhece devido a experiência anterior compartilhada com o autor, se o autor está se referindo a indivíduos que o leitor desconhece ou

1. Cf. Carnap, 1952. A questão é abordada neste livro em 8.5.

2. Sobre estes procedimentos de identificação em relação com o uso dos artigos definidos, cf. van Dijk, 1972a, no tocante a uma resenha da questão. Quanto a uma série de exemplos, cf. neste livro 8.11 e 10.

se o trecho textual (9) aparece ligado com trechos anteriores ou sucessivos em que João e Maria foram ou serão interpretados por descrições definidas.

Mas deixemos de lado também, como dizíamos, todos estes problemas. Permanece certo que entram em jogo outros movimentos de cooperação. Antes de mais nada, o leitor deve atualizar a própria enciclopédia de modo a compreender que o uso do verbo [voltar] de algum modo deixa implícito que o sujeito teria se afastado anteriormente (uma análise em termos de gramática casual desta ação equivale à atribuição de postulados de significado a substantivos: quem volta é porque se havia afastado, da mesma forma que quem é solteiro é um ente humano do sexo masculino adulto). Em segundo lugar, pede-se ao leitor um trabalho inferencial para, com o uso da adversativa [então], tirar a conclusão de que Maria não esperava por esse retorno e, com a determinação [radiante], a persuasão de que ela em qualquer hipótese e ardentemente o desejava.

O texto está, pois, entremeado de espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos, e quem o emitiu previa que esses espaços e interstícios seriam preenchidos e os deixou brancos por duas razões. Antes de tudo, porque um texto é um mecanismo preguiçoso (ou econômico) que vive da valorização de sentido que o destinatário ali introduziu; e somente em casos de extremo formalismo, de extrema preocupação didática ou de extrema repressividade o texto se complica com redundâncias e especificações ulteriores — até o limite em que se violam as regras normais de conversação³. Em segundo lugar, porque, à medida que passa da função didática para a estética, o texto quer deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, embora costume ser interpretado com uma margem suficiente de univocidade. Todo texto quer que alguém o ajude a funcionar.

Naturalmente, não estamos aqui tentando uma tipologia dos textos em função da sua "preguiça" ou da sua oferta de liberdade, alhures definida como "abertura". Mais adiante tornaremos a falar do caso. Mas o que devemos dizer já é que um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade concreta de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa. Em outros termos, um texto é emitido por alguém que o atualize — embora não se espere (ou não se queira) que esse alguém exista concreta e empiricamente.

3. Para as regras conversacionais, veja-se naturalmente Grice, 1967. Em todos os casos, lembramos as máximas de conversação de Grice. *Máxima da quantidade*: faça que a tua contribuição seja tanto informativa quanto exigida pela situação de intercâmbio; *máximas da qualidade*: não direi o que acho que seja falso e não direi aquilo de que não há provas adequadas; *máxima da exposição (relação)*: sê relevante; *máximas da maneira*: evita obscuridade de expressão, evita a ambigüidade, sê breve (evita prolixidades inúteis), sê organizado.

3.2. COMO O TEXTO PREVÊ O LEITOR

Esta condição óbvia de existência dos textos parece, no entanto, chocar-se com uma igualmente óbvia lei pragmática que, se pôde manter-se oculta durante tanto tempo na história da teoria das comunicações, não o é mais hoje em dia. A lei pode ser facilmente formulada num *slogan*: *A competência do destinatário não é necessariamente a do emitente.*

Já se criticou amplamente (e de maneira definitiva no *Tratado*, 2.15) o modelo de comunicação divulgado pelos primeiros teóricos da informação: um Emitente, uma Mensagem e um Destinatário, onde a Mensagem é tanto gerada quanto interpretada na base de um Código. E já sabemos que os códigos do destinatário podem diferenciar-se, totalmente ou em parte, dos códigos do emitente; que o código não é uma entidade simples, porém na maioria das vezes um complexo sistema de sistemas de regras; que o código lingüístico não é suficiente para compreender uma mensagem lingüística: [Fuma?] [Não] é lingüisticamente decodificável como pergunta e resposta sobre os hábitos do destinatário da pergunta, mas, em determinadas circunstâncias de emissão, a resposta conota-se como “mal-educada” com base num código que não é lingüístico, porém etiquetal — era preciso dizer [não, muito obrigado]. Por conseguinte, para “decodificar” uma mensagem verbal é preciso ter, além da competência lingüística, uma competência variadamente circunstancial, uma capacidade passível de desencadear pressuposições, de reprimir idiossincrasias etc. etc. Tanto é que no *Tratado* sempre sugeríamos uma série de coerções pragmáticas exemplificadas na Figura 1.

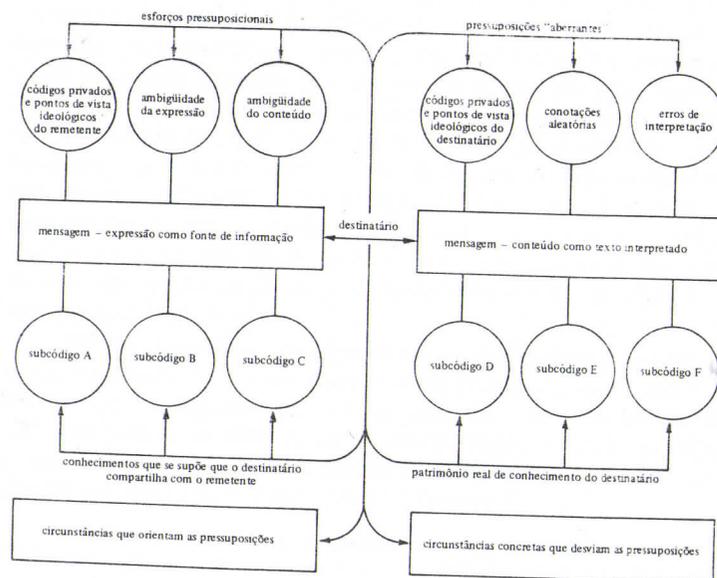


Figura 1

O que garante a cooperação textual diante destas possibilidades de interpretação mais ou menos “aberrantes”? Na comunicação face a face intervêm infinitas formas de reforço extralingüístico (gestual, ostensivo e assim por diante) e infinitos procedimentos de redundância e *feedback*, um em apoio do outro. Sinal de que nunca existe mera comunicação lingüística, mas atividade semiótica em sentido lato, onde mais sistemas de signos se completam reciprocamente. O que acontece, porém, com um texto escrito que o autor gera e confia a múltiplos atos de interpretação, como uma mensagem numa garrafa?

A esta altura a conclusão parece simples. Para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências (expressão mais vasta do que “conhecimento de códigos”) que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor. Por conseguinte, preverá um Leitor-Modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e de movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente.

Dissemos que o texto postula a cooperação do leitor como condição própria de atualização. Podemos dizer melhor que *o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo*. Gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos de outros — como, aliás, em qualquer estratégia. Na estratégia militar (ou xadrezística — digamos em toda estratégia de jogo), o estrategista projeta um modelo de adversário. Se efetuou este movimento — aventurava Napoleão —, Wellington deveria reagir assim. Se executo este movimento — argumentava Wellington —, Napoleão deveria reagir assim. No caso em foco, Wellington gerou melhor a própria estratégia de Napoleão, pois Wellington construiu um Napoleão-Modelo que se parecia ao Napoleão concreto mais do que o Wellington-Modelo, imaginado por Napoleão, se parecia ao Wellington concreto. A analogia só pode ser invalidada pelo fato de que, num texto, o autor costumeiramente quer levar o adversário a vencer, ao invés de perder. Mas isto não é dito. A narração de Alphonse Allais, que analisaremos no último capítulo, assemelha-se mais à batalha de Waterloo do que à *Divina Comédia*.

Mas na estratégia militar (ao contrário da xadrezística) podem intervir acidentes casuais (por exemplo, a inépcia de Grouchy). Ocorre também nos textos, pois às vezes Grouchy volta (como não fez em Waterloo), às vezes chega Massena (como aconteceu na batalha de Marengo). O bravo estrategista deve levar em consideração também estes eventos casuais, com um cálculo probabilístico próprio. É como deve agir o autor de um texto. “Aquele braço do lago de Como”: e se me aparece um leitor que nunca ouviu falar de Como? Devo agir de modo a recuperá-lo mais adiante; por enquanto, jogamos como se o lago Como fosse *flatus vocis*, tal qual Xanadu. Mais adiante se farão alusões ao céu da Lombardia, à relação entre Como, Milão, Bérgamo, à situação da península itálica. Mais cedo ou mais tarde, o leitor enciclopedicamente carente será pegado de surpresa.

Os meios são muitos: a escolha de uma língua (que exclui obviamente quem não a fala), a escolha de um tipo de enciclopédia (se começo um texto com [como está claramente explicado na primeira *Crítica...*], já reduzi, e bastante corporativamente, a imagem do meu Leitor-Modelo), a escolha de um dado patrimônio lexical e estilístico... Posso fornecer sinais de gênero que selecionam a audiência: [Queridas crianças, era uma vez um país distante...]; posso restringir o campo geográfico: [Amigos, romanos, concidadãos!]. Muitos textos tomam evidente o seu Leitor-Modelo, pressupondo *apertis verbis* (perdoem-me o oximoro) uma específica competência enciclopédica. Para prestar homenagem a tantas ilustres discussões de filosofia da linguagem, veja-se o início daquele *Waverley* de que o autor é notoriamente o autor:

- (10) ... o que poderiam ter esperado os meus leitores de epítetos cavalheirescos como Howard, Mordaunt, Mortimer ou Stanley, ou dos sons pouco suaves e sentimentais de Belmore, Belville, Belfied e Belgrave, senão páginas de banalidades, semelhantes às que assim foram batizadas há já meio século?

No entanto, neste último exemplo há mais coisa. Por um lado, o autor pressupõe, mas, por outro, *institui* a competência do próprio Leitor-Modelo. Pois bem, também nós, que sequer tínhamos experiência dos romances góticos conhecidos dos leitores de Walter Scott, somos convidados a ficar sabendo que certos nomes conotam “heróis cavalheirescos” e que existem romances cavalheirescos habitados pelas supramencionadas personagens que ostentam características de estilo de algum modo censuráveis.

Portanto, prever o próprio Leitor-Modelo não significa somente “esperar” que exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo. O texto não apenas repousa numa competência, mas contribui para produzi-la. Portanto, um texto é menos preguiçoso e a sua solicitação cooperativa é menos liberal do que quer fazer crer? Porventura, assemelha-se mais a uma caixa com elementos prefabricados, chamada *kit*, que obriga o usuário a trabalhar somente para produzir um só e único tipo de produto final, sem perdoar os erros possíveis, ou se parece mais com um jogo de peças com o qual pode construir muitas formas, à escolha? É somente caixa muito cara que contém as peças de um quebra-cabeça que, uma vez resolvido, sempre deixará sair a Gioconda, ou é definitivamente e nada mais do que uma caixa de lápis de cor?

Há textos prontos para encarregar-se dos possíveis eventos previstos na Figura 1? E porventura existem textos que agem sobre esses desvios, que os sugerem, que contam com eles — e são os textos “abertos” que podem ser lidos de mil maneiras, todas de usufruto infinito? E será que esses textos de usufruto desistem de postular um Leitor-Modelo ou postulam um de natureza diferente?⁴

4. Sobre a obra aberta, remetemos naturalmente a *Obra Aberta* (Eco, 1962). Aconselha-se, porém, a edição de Tascabili Bompiani que se concentra

Poderíamos tentar estabelecer espécies de tipologias, só que a lista se apresentaria em forma de *continuum* graduado pelas infinitas esfumaturas. A nível intuitivo, sugerimos somente dois extremos (depois voltaremos a procurar uma regra unificada e unificadora, uma matriz gerativa muito transcendental).

3.3. TEXTOS “FECHADOS” E TEXTOS “ABERTOS”

Existem certos autores que conhecem a situação pragmática exemplificada na Figura 1. Só que acreditam que seja a descrição de uma série de acidentes possíveis mas evitáveis. Por isso, fixam com perspicácia sociológica e com brilhante mediedade estatística o seu Leitor-Modelo: dirigir-se-ão, sucessivamente, a crianças, a melomaniacos, a médicos, a homossexuais, a surfistas, a empregadas domésticas da pequena burguesia, a aficionados de roupas inglesas, a pescadores submarinos. Conforme dizem os publicitários, escolherão para si um *target* (e um “alvo” pouco ajuda, pois espera ser atingido). Farão com que todo termo, que toda maneira de dizer, que toda referência enciclopédica, seja aquilo que previsivelmente o seu leitor pode entender. Empenhar-se-ão no sentido de estimular um efeito preciso; para estar seguros de que se desencadeará uma reação de horror, dirão antecipadamente que “a esta altura aconteceu algo de horrível”. Em certos níveis, o expediente terá êxito.

Bastará, porém, que o livro de Carolina Invernizio, escrito para aprendizes de costureira de Turim, no final do século, caia nas mãos do mais desatinado degustador de *kitsch* literário, para que se transforme na quermesse da leitura transversal, das interpretações nas entrelinhas, do saboreamento do *poncif*, do gosto huysmaniano pelos textos que balbuciam. De “fechado” e repressivo que era, o texto se tornará muito aberto, qual máquina para criar aventuras perversas.

Mas poderá acontecer coisa pior (ou melhor, segundo os casos). Ou seja, que também a competência do Leitor-Modelo não tenha sido prevista com suficiência — por carência de análise histórica, erro de avaliação semiótica, preconceito cultural, subavaliação das circunstâncias de destinação. Esplêndido exemplo de tais aventuras da interpretação são *Os Mistérios de Paris*, de autoria de Sue. Escrito com propósitos dandísticos para narrar ao público culto os eventos mordazes de uma miséria pitoresca, é lido pelo proletariado como descrição clara e honesta da própria sujeição. Como o autor percebe isso, continua a escrevê-lo para o proletariado e o recheia de moralidades social-democráticas para convencer estas classes “perigosas”, que ele compreende mas teme, a tratar o próprio desespero, confiando na justiça e na boa vontade das classes abastadas. Açambarcado por Marx e Engels como modelo de peroração reformista, o livro realiza uma viagem misteriosa no espírito dos próprios leitores, leitores estes

nas várias redações da obra e acrescenta o ensaio “Sobre a Possibilidade de Gerar Mensagens Estéticas numa Linguagem Edênica”.

que vamos encontrar de novo sobre as barricadas de 1848, tentando a revolução, também porque tinham lido *Os Mistérios de Paris*⁵. Será que o livro encerrava também aquela possível atualização, desenhava em filigrana também aquele Leitor-Modelo? Certamente, com a condição de que o leia, porém pulando as partes moralizadoras — ou de não querer entendê-las.

Não há nada mais aberto que um texto fechado. Só que a sua abertura é efeito de iniciativa externa, de um modo de usar o texto, e não de ser suavemente usados por ele. Mais do que de cooperação, trata-se de violência. Pode-se também cometer violência contra um texto (pode-se também comer um livro, como faz o apóstolo em Patmos) e com isso tirar sutis desfrutes. Mas aqui estamos falando de cooperação textual qual atividade promovida pelo texto e, por conseguinte, estas modalidades não interessam. Não interessam, note-se, nesta circunstância: o moto de Valéry — *il n'y a pas de vrais sens d'un texte* — permite duas leituras: que de um texto se pode fazer o uso que se queira — e é a leitura que aqui não interessa; e que de um texto são dadas infinitas interpretações — e é a leitura que agora tomaremos em consideração.

Temos um texto "aberto" quando o autor conhece toda a vantagem a tirar da Figura 1. A lei como modelo de uma situação pragmática que não pode ser eliminada. Assume-a como hipótese reguladora da própria estratégia. Decide (eis onde a tipologia dos textos corre o risco de converter-se num *continuum* de esfumaturas) até que ponto deve controlar a cooperação do leitor e onde esta é provocada, para onde é dirigida, onde deve transformar-se em livre abertura interpretativa. Dirá [uma flor] e, embora saiba (e queira) que da palavra se extraia o perfume de todas as flores ausentes, saberá certamente que não se extrairá o *bouquet* de um licor bem envelhecido, ampliará e contrairá o jogo da semiose ilimitada como queira.

Só uma coisa ele tentará com sagaz estratégia: que, por maior que seja o número de interpretações possíveis, uma ecoe a outra, de modo que não se excluam, mas antes, se reforcem mutuamente.

Como acontece com o *Finnegans Wake*, poderá postular um autor ideal acometido de uma insônia ideal, pela competência variável: mas este autor ideal deverá ter como competência fundamental o domínio do inglês (embora o livro não seja escrito em "verdadeiro" inglês); e não poderá ser um leitor helenístico do segundo século depois de Cristo que ignore a existência de Dublin, como não poderá ser um iletrado que não conheça duas mil palavras do dicionário (ou poderá, mas então será de novo um caso de uso livre, decidido de fora, ou de leitura extremamente reduzida, limitada às mais evidentes estruturas discursivas, cf. 4).

5. Cf. Eco, 1976, em particular "Sue: o Socialismo e o Consolo". Sobre os problemas da interpretação "aberrante", veja-se, ademais, "Della difficoltà di essere Marco Polo" ("Da dificuldade de ser Marco Polo") in *Dalla periferia dell'impero* ("A periferia do Império"), Milão, Bompiani, 1977. Cf. também Paulo Fabbri, 1973, bem como Eco e Fabbri, 1978.

Por conseguinte, o *Finnegans Wake* espera contar com um leitor ideal, que disponha de muito tempo, tenha muita perspicácia associativa, com uma enciclopédia com limites indefinidos, mas não qualquer tipo de leitor. Constrói o próprio Leitor-Modelo, escolhendo os graus de dificuldade lingüística, a riqueza das referências e inserindo no texto chaves, alusões, possibilidades mesmo que variáveis de leituras cruzadas. O Leitor-Modelo de *Finnegans Wake* é aquele operador capaz de efetuar, no tempo, o maior número possível dessas leituras cruzadas⁶.

Em outras palavras, também o último Joyce, autor do texto mais aberto de que se possa falar, constrói o próprio leitor mediante uma estratégia textual. Referindo a leitores que o texto não postula e não contribui para produzir, o texto faz-se ilegível (mais do que o é) ou torna-se outro livro.

3.4. USO E INTERPRETAÇÃO

Devemos, assim, distinguir entre o *uso* livre de um texto aceito como estímulo imaginativo e a *interpretação* de um texto aberto. É nesta fronteira que se baseia sem ambigüidade teórica a possibilidade daquilo que Barthes chama de texto de fruição ou gozo: a pessoa tem que decidir se usa um texto como texto de fruição ou se um determinado texto considera como constitutiva da própria estratégia (e, portanto, da própria interpretação) a estimulação ao uso mais livre possível. Acreditamos, porém, que alguns limites são estabelecidos e que a noção de interpretação sempre envolve uma dialética entre estratégia do autor e resposta do Leitor-Modelo.

Naturalmente, além de uma prática, pode ocorrer uma estética do uso livre, aberrante, desferativo e malicioso dos textos. Borges sugeria que se lesse a *Odisséia* como se fosse posterior à *Eneida* ou a *Imitação de Cristo* como se tivesse sido escrita por Céline. Propostas esplêndidas, excitantes e facilmente realizáveis. Mas do que outras, criativa, porque de fato é produzido um novo texto (da mesma forma que o *Quixote* de Pierre Menard é bem diferente daquele de Cervantes, ao qual casualmente corresponde palavra por palavra). E que depois, ao escrever esse outro texto (ou texto Outro), se chegue a criticar o texto original ou a descobrir-lhe possibilidades e valências ocultas — isto é óbvio, nada é mais revelador de uma caricatura justamente porque parece, mas não o é, o objeto caricaturado, e, por outro lado, sem dúvida certos romances que foram renarrados se tornam mais bonitos porque se convertem em "outros" romances.

Do ponto de vista de uma semiótica geral e justo à luz da complexidade dos processos pragmáticos (Figura 1) e da contraditoriedade do Campo Semântico Global, todas estas operações são teori-

6. Cf. Umberto Eco, *La poetiche di Joyce*, Milão, Bompiani, 1966 (1. ed., 1962, in *Opera Aberrante*, etc.). Cf. também "Semantica della metafora"

camente explicáveis. Mas, se a corrente das interpretações pode ser infinita, conforme Peirce nos mostrou, o universo do discurso inter-vém então para limitar o formato da enciclopédia. E um texto outra coisa não é senão a estratégia que constitui o universo das suas interpretações legítimas — se não “legítimas”. Qualquer outra decisão de usar livremente um texto corresponde à decisão de ampliar o universo do discurso. A dinâmica da semiose ilimitada não o veda, e até chega a encorajá-lo. Mas cumpre saber se queremos exercitar a semiose ou interpretar um texto.

Para concluir, acrescentamos que os textos fechados resistem mais ao uso do que os textos abertos. Concebidos para um Leitor-Modelo muito definido, com o intuito de dirigir repressivamente a sua cooperação, deixam espaços de uso bastante elásticos. Tomemos as histórias policiais de Rex Stout e interpretemos a relação entre Nero Wolfe e Archie Goodwin como uma relação “kafkaiana”: por que não? O texto suporta muito bem este uso, nem se perde o entretenimento da *fábula* e o gosto final da descoberta do assassino. Mas tomemos agora *O Processo* de Kafka e leiamos-lo como se fosse uma história policial. Legalmente é permitido, mas textualmente produz um resultado infelicíssimo.

Proust podia ler o horário dos trens, reencontrando nos nomes dos lugarejos do Valois doces e labirínticos ecos da viagem nervaliana em busca de Sílvia. Mas não se tratava de interpretação do horário, porém de um uso legítimo deste quase psicodélico. Por sua vez, o horário prevê um único tipo de Leitor-Modelo, um operador cartesiano ortogonal com um senso vígil da irreversibilidade das sucessões temporais.

3.5. AUTOR E LEITOR COMO ESTRATÉGIAS TEXTUAIS

Num processo de comunicação, temos um Emitente, uma Mensagem e um Destinatário. Com frequência, tanto o Emitente quanto o Destinatário são gramaticalmente manifestados pela mensagem: [Eu te digo que...]

Quando está às voltas com mensagens de função referencial, o destinatário utiliza estes traços gramaticais como índices referenciais (|eu| designará o sujeito empírico do ato de enunciação do enunciado em questão, e assim por diante). O mesmo pode acontecer também com textos bastante compridos como cartas, páginas de diário e, enfim, tudo o que é lido para adquirir informações a cerca do autor e das circunstâncias da enunciação.

Mas, quando um texto é considerado enquanto texto e especialmente nos casos de textos concebidos para uma audiência bastante vasta (como romances, discursos políticos, instruções científicas e assim por diante), o Emitente e o Destinatário acham-se presentes no texto não tanto como pólos do ato de enunciação, mas como papéis *actanciais* do enunciado (cf. Jakobson, 1957). Nestes casos

o autor é textualmente manifestado apenas como (i) um estilo reconhecível — que pode ser também um idioleto textual, ou de *corpus*, ou de época histórica (cf. *Tratado*, 3.7.6); (ii) um puro papel *actancial* (|eu| = “o sujeito deste enunciado”); (iii) como ocorrência ilocutiva (|eu juro que| = “há um sujeito que realiza a ação de jurar”) ou como operador de força perlocutiva que denuncia uma “instância da enunciação” ou então uma intervenção de um sujeito estranho ao enunciado, mas de qualquer maneira presente no tecido textual mais amplo (|imprevistamente acontece alguma coisa de *horível*...|; |...disse a duquesa *com voz de fazer tremer os mortos*...). Esta evocação do fantasma do Emitente costuma ser correlativa a uma evocação do fantasma do Destinatário (Kristeva, 1970). Vejamos este trecho extraído das *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein, § 66:

- (11) Considere, por exemplo, os processos que chamamos de “jogos”. Entendo com isto jogos de xadrez, jogos de baralho, jogos de bola, competições esportivas, e assim por diante. O que é comum a todos estes jogos? — Não diga: “*deve* haver alguma coisa comum a todos, porque, se assim não fosse, não se chamariam ‘jogos’” — mas *olhe* se existe alguma coisa comum a todos. — De fato, se os observar, decerto não verá algo que seja comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, e, até, verá toda uma série delas...

Todos os pronomes pessoais (implícitos ou explícitos) não indicam absolutamente uma pessoa chamada Ludwig Wittgenstein ou um leitor empírico qualquer: representam também estratégias textuais. A interferência de um sujeito falante é complementar à ativação de um Leitor-Modelo cujo perfil intelectual só é determinado pelo tipo de operações interpretativas que se supõe (e se exige) que ele saiba executar: reconhecer similaridades, tomar em consideração certos jogos... Do mesmo modo, o autor não é senão uma estratégia textual capaz de estabelecer correlações semânticas: [entendo...] (*Ich meine*...) significa que no âmbito deste texto o termo |jogo| deverá assumir certa extensão (abrangendo jogos de xadrez, jogos de baralho e assim por diante), enquanto que se abstém propositalmente de fazer deles uma descrição intencional. Neste texto, Wittgenstein não é outra coisa senão um *estilo filosófico* e o Leitor-Modelo não é senão a capacidade intelectual de compartilhar este estilo, cooperando para atualizá-lo.

Fica claro, portanto, que, doravante, toda vez que usarmos termos como Autor e Leitor-Modelo, sempre entenderemos, em ambos os casos, tipos de estratégia textual. O Leitor-Modelo constitui um conjunto de *condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial⁷.

7. Para as condições de êxito, veja-se obviamente Austin, 1962; Searle, 1969.

3.6. O AUTOR COMO HIPÓTESE INTERPRETATIVA

Se o Autor e o Leitor-Modelo constituem duas estratégias textuais, então nos encontramos diante de uma dupla situação. De um lado, conforme dissemos até aqui, o autor empírico, enquanto sujeito da enunciação textual, formula uma hipótese de Leitor-Modelo e, ao traduzi-la em termos da própria estratégia, configura a si mesmo autor na qualidade de sujeito do enunciado, em termos igualmente "estratégicos", como modo de operação textual. Mas, de outro lado também o leitor empírico, como sujeito concreto dos atos de cooperação, deve configurar para si uma hipótese de Autor, deduzindo-a justamente dos dados de estratégia textual. A hipótese formulada pelo leitor empírico acerca do próprio Autor-Modelo parece mais garantida do que aquela que o autor empírico formula acerca do próprio Leitor-Modelo. Com efeito, o segundo deve postular algo que atualmente ainda não existe e realizá-lo como série de operações textuais; o primeiro, ao invés, deduz uma imagem-tipo de algo que se verificou anteriormente como ato de enunciação e está textualmente presente como enunciado. Vejamos o exemplo (11): Wittgenstein postula apenas que exista um Leitor-Modelo capaz de executar as operações cooperativas que ele propõe, enquanto nós leitores reconhecemos a imagem do Wittgenstein textual como série de operações e propostas cooperativas manifestas. Mas nem sempre se pode distinguir tão claramente o Autor-Modelo e com frequência o leitor empírico tende a ofuscá-lo com notícias que já possui a respeito do autor empírico enquanto sujeito da enunciação. Estes riscos, estas exclusões, tornam às vezes perigosa a cooperação textual.

Antes de mais nada, como cooperação textual não se deve entender a atualização das intenções do sujeito empírico da enunciação, mas as intenções virtualmente contidas no enunciado. Exemplifiquemos.

Num debate político ou num artigo, julga-se que quem designa as autoridades ou os cidadãos da URSS como [russos], ao invés de como [soviéticos], esteja pretendendo ativar uma explícita conotação ideológica, como se recusasse reconhecer a existência política do Estado soviético que surgiu da Revolução de Outubro e ainda pensasse na Rússia czarista. Em certas situações, torna-se muito discriminatório o uso de um ou de outro termo. Pois bem, pode acontecer que um autor isento de preconceitos anti-soviéticos use, contudo, o termo [russo] por distração, hábito, comodidade, leviandade, aderindo a um uso muito difundido. Todavia, comparando a manifestação linear (o uso do lexema em questão) com os subcódigos de que tem competência (veja as operações cooperativas delineadas em 4.6.), o leitor tem o direito de atribuir ao termo [russo] uma conotação ideológica. Tem direito a isto porque *textualmente* a conotação está ativada; e esta é a intenção que ele deve atribuir ao próprio Autor-Modelo, independentemente das intenções do autor empírico. A cooperação textual é fenômeno que se realiza, repetimo-lo, entre duas estratégias discursivas e não entre dois sujeitos individuais.

Para realizar-se como Leitor-Modelo, o leitor empírico tem naturalmente deveres "filológicos", ou seja, tem o dever de recuperar, com a máxima aproximação possível, os códigos do emitente. Suponhamos que o emitente seja um falante com um código bastante restrito, de escassa cultura política, que não pode ter presente (devido ao tamanho de sua enciclopédia) esta diferença — isto é, suponhamos que a frase seja proferida por um iletrado que possui imprecisos conhecimentos político-lingüísticos, o qual diga, por exemplo, que Kruschew era um político russo (quando na realidade era um ucraniano). É claro que interpretar o texto neste sentido significa reconhecer uma enciclopédia de emissão mais restrita e genérica do que a de destinação. Mas isto significa ver o texto nas suas circunstâncias de enunciação. Se aquele texto executa um trajeto comunicativo mais amplo e circula como texto "público" não mais atribuível ao seu sujeito enunciativo original, então será preciso vê-lo na sua nova situação comunicativa, como texto que, por intermédio do fantasma de um Autor-Modelo muito genérico, se reporta ao sistema de códigos e a códigos aceito pelos seus possíveis destinatários e que, por conseguinte, quer ser atualizado segundo a competência de destinação. O texto conotará então discriminação ideológica. Trata-se naturalmente de decisões cooperativas que exigem avaliações a propósito da circulação social dos textos, de modo que se devem prever casos em que se delinea conscientemente um Autor-Modelo que chegou a tal situação em virtude de eventos sociológicos, embora sabendo que este não coincide com o autor empírico⁸.

Naturalmente, subsiste o caso em que o leitor levanta a hipótese de que a expressão [russo] tenha sido usada não-intencionalmente (atenção psicológica atribuída ao autor empírico) e, não obstante, atribua uma caracterização sócio-ideológica ou psicanalítica do emitente empírico: aquele não sabia estar ativando certas conotações, mas *sem saber* queria fazê-lo. Em tal caso, podemos falar de correta cooperação textual ou então de interpretação semântica do texto?

Não é difícil perceber que aqui está se delineando o estatuto das "interpretações" sociológicas ou psicanalíticas dos textos, em que se procura descobrir o que o texto, independentemente da intenção do autor, de fato diz, seja acerca da personalidade ou das origens sociais do autor, seja acerca do próprio mundo do leitor.

8. Estamos certos de que com [dai a César o que é de César] Jesus pretendia estabelecer uma equivalência de César = Poder Estatal em Geral, e não pretendia indicar somente o imperador romano com relação ao poder daquele momento, sem contudo pronunciar-se sobre os deveres dos próprios seguidores em circunstâncias temporais e espaciais diferentes? Haja vista a polémica sobre a posse dos bens e a pobreza dos apóstolos, conforme se desenrola no século XIV entre franciscanos "espirituais" e pontífice, bem como aquela, ainda mais ampla e antiga, entre o papado e o império, onde se vê como esta decisão interpretativa era difícil. Hoje em dia, porém, temos aceitado como dado enciclopédico a equação hipercodificada (por sinédoque) entre César e Poder Estatal e nestas bases agimos a fim de atualizar as intenções do Autor-Modelo dito o Jesus dos evangelhos canônicos.

Mas é igualmente claro que aqui estamos nos aproximando daquelas estruturas semânticas profundas que um texto não exhibe à superfície, mas que são "hipotizadas" pelo leitor como chave para a atualização completa do texto: *estruturas actanciais* (perguntas acerca do "sujeito" efetivo do texto, além da história individual da personagem fulano ou sicrano que ali é aparentemente narrada) e *estruturas ideológicas*. Estas estruturas serão delineadas em primeira instância no capítulo seguinte e discutidas mais pormenorizadamente no Cap. 9, no qual retomaremos este problema.

Por enquanto poderíamos limitar-nos a concluir que há Autor-Modelo como hipótese interpretativa quando se nos configura o sujeito de uma estratégia textual, conforme aparece no texto em exame e não quando se "hipotiza", em função da estratégia textual, um sujeito empírico que talvez quisesse ou pensasse ou quisesse pensar coisas diferentes daquilo que o texto, adequado proporcionalmente aos códigos a que se refere, diz ao próprio Leitor-Modelo.

Não obstante, não podemos esconder o peso que adquirem as *circunstâncias de enunciação*, levando a formular uma hipótese sobre as intenções do sujeito empírico da enunciação, ao determinar a escolha de um Autor-Modelo. Um caso típico é o da interpretação dada pela imprensa e pelos partidos às cartas de Aldo Moro durante a prisão que antecedeu seu assassinato, sobre as quais Lucrecia Escudero escreveu observações muito perspicazes⁹.

Não há dúvida de que se deve dar às cartas de Moro uma interpretação que leve em conta os códigos correntes, evitando-se frisar as circunstâncias de enunciação: trata-se de cartas (e é de se presumir que justamente a carta *privada* queria exprimir com sinceridade o pensamento do escrevente), cujo sujeito da enunciação manifesta-se como sujeito do enunciado e exprime pedidos, conselhos, afirmações. Se nos referimos tanto às regras conversacionais comuns quanto ao significado das expressões empregadas, Moro está pedindo uma troca de prisioneiros. Contudo, grande parte da imprensa adotou aquilo que chamaremos de *estratégia cooperativa de rejeição*: de um lado, questiona as condições de produção dos enunciados (Moro escreveu sob coação e, por conseguinte, não disse o que queria dizer) e, de outro, a identidade entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação (os enunciados dizem [eu, Moro], mas o sujeito da enunciação é outro, os raptos que, ao falar, assumem a máscara de Moro). Em ambos os casos, muda a configuração do Autor-Modelo e a sua estratégia não é mais identificada com a estratégia que, de outro modo, seria atribuída à personagem empírica Aldo Moro (ou então o Autor-Modelo destas cartas não é o Autor-Modelo dos outros textos verbais ou escritos de Aldo Moro em condições normais).

9. "O Caso Moro; Manipulação e Reconhecimento", comunicação apresentada no Colóquio sobre o discurso político, Centro Internacional de Semiótica Lingüística, Urbino, julho de 1978. Veja-se também o que diz Bakhtin sobre a natureza "dialógica" dos textos, abordado também por Kristeva, 1967.

Donde as várias hipóteses: (i) Moro escreve o que escreve, mas implicitamente sugere que quer dizer o contrário e, por conseguinte, seus convites não são tomados ao pé da letra; (ii) Moro emprega um estilo diferente do costumeiro para veicular uma única mensagem, isto é, "não acreditem no que escrevo"; (iii) Moro não é Moro, porque diz coisas que são diferentes daquelas que normalmente *dizia*, que normalmente *diria*, que razoavelmente *deveria dizer*. E por esta última hipótese logo se vê quanto as expectativas ideológicas dos destinatários jogaram com seus processos de "verificação" e com a definição tanto do autor empírico como do Autor-Modelo.

Por outro lado, partidos e grupos favoráveis às negociações jogaram com a parte cooperativa oposta, elaborando uma *estratégia de aceitação*: as cartas dizem *p* e são assinadas Moro; portanto, Moro diz *p*. O sujeito da enunciação não foi posto em discussão e, conseqüentemente, o Autor-Modelo dos textos mudava de fisionomia (e estratégia).

Naturalmente, aqui não se trata de dizer qual das duas estratégias era a "justa". Se o problema era "quem escreveu aquelas cartas?", a resposta fica por conta de protocolos no tanto improváveis. Se o problema era "qual é o Autor-Modelo destas cartas?", é claro que a decisão era influenciada tanto por avaliações sobre a circunstância de enunciação quanto por pressuposições enciclopédicas sobre o "pensamento habitual" de Moro, bem como (mas este último fato determinava sobejamente e com evidência os outros dois) por pontos de vista ideológicos preliminares (do que falaremos em 4.6.7). Segundo o Autor-Modelo que se escolhia, mudava o tipo de ato lingüístico presumido e o texto assumia significados diversos, impondo diversas formas de cooperação. Coisa que acontece, afinal, se se decide ler um enunciado absolutamente sério como enunciado irônico, ou vice-versa.

A configuração do Autor-Modelo depende de traços textuais, mas põe em jogo o universo do que está atrás do texto, atrás do destinatário e provavelmente diante do texto e do processo de cooperação (no sentido de que depende da pergunta: "Que quero fazer com este texto?")¹⁰.

10. A noção de Leitor-Modelo circula sob outras denominações e com várias diferenças em muitas teorias textuais. Veja-se, por exemplo, Barthes, 1966; Lotman, 1970; Riffaterre, 1971, 1976; van Dijk, 1976c; Schmidt, 1976; Hirsch, 1967; Corti, 1976 (cf. neste último livro todo o segundo capítulo. "Emitente e Destinatário", com as noções de "autor implícito" e "leitor 'hipotizado' como virtual ou ideal"). Em Weinrich, 1976 - 7, 8 e 9 - encontramos indicações indiretas, porém preciosas.